



■ GRIP APC

Sarita Albagli, André Luíz Appel, Tatiane Pacanaro
Trinca, Larissa de Araújo Alves e Nathaly Cristine Leite
Rocha

Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África: Relatório Preliminar Brasil

Brasília, DF
2024

Sarita Albagli
André Luíz Appel
Tatiane Pacanaro Trinca
Larissa Araújo
Nathaly Cristine Leite Rocha

Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e
da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África:
Relatório Preliminar Brasil

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Brasília, DF
2024

© 2024 Albagli et al.

CC-BY

Esta obra é distribuída sob Licença Creative Commons – Atribuição CC BY 4.0, sendo permitida a sua reprodução parcial ou total, desde que creditada a autoria original.

Projeto de pesquisa: “[Science Ouverte en Amérique Latine et en Afrique](#)”

Coordenação: Rigas Arvanitis e Fernanda Beigel

Equipe Argentina

Fernanda Beigel
Osvaldo Gallardo
Manuel Bruccoleri Ochoa
Gabriela Isuani
Victor Montoya
Gabriela Isuani
Ismael Rafols

Equipe Brasil

Sarita Albagli
André Luiz Appel
Tatiane Pacanaro Trinca
Larissa Araújo
Nathaly Cristine Leite Rocha

Equipe África do Sul

François van Schalkwyk
Johann Mouton

Equipe México

Leandro Rodriguez Medina
Matias F. Milia

Equipe França

Rigas Arvanitis
Marianne Noël
Ariadna Nebolt Giralt

Equipe Senegal

Jean-Alain Goudiaby

Como citar este documento (ABNT NBR 10520:2023):

ALBAGLI, Sarita *et al.* **Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África**: Relatório Preliminar Brasil. Brasília, DF: Ibict, 2024. DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.10694976>. Disponível em: <https://zenodo.org/records/10694976>. Acesso em:

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A325a Albagli, Sarita

Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África : Relatório Preliminar Brasil / Sarita Albagli, André Luiz Appel, Tatiane Pacanaro Trinca, Larissa Araújo, Nathaly Cristine Leite Rocha. – Brasília, DF : Ibict, 2024.

52 p. : il.

1. Comunicação científica. 2. Acesso aberto. I. Appel, André Luiz. II. Trinca, Tatiane Pacanaro. III. Alves, Larissa de Araújo. IV. Rocha, Nathaly Leite. V. Título.

CDU 001.9:050

(Bibliotecária: Larissa de Araújo Alves – CRB1/3462)

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	6
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	
BREVE DESCRITIVO DO CENÁRIO BRASIL.....	11
1.1 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o seu sistema de classificação de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ).....	11
1.2 Acesso aberto no Brasil.....	16
CAPÍTULO 2	
RELATÓRIO ESTATÍSTICO DESCRITIVO DA PESQUISA NO BRASIL.....	25
2.1 Informações gerais e métodos.....	25
2.2 Principais resultados.....	26
DADOS SEÇÃO 1 DO QUESTIONÁRIO	
INFORMAÇÕES GERAIS.....	27
1.01 Em quais grandes áreas científicas você incluiria suas principais atividades de pesquisa?.....	27
1.02 Selecione a categoria atual de sua Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.....	31
1.03 Qual a categoria da sua principal afiliação institucional?.....	31
1.04 Em qual cidade e estado (UF)* a unidade da instituição em que você atua está localizada? (p. ex., cidade/UF).....	31
1.05 Em que ano você concluiu seu doutorado?.....	32
1.06 Qual é o seu ano de nascimento?.....	34
1.07 Gênero: como você se identifica?.....	36
1.08 Com que tipo(s) de financiamentos contaram os projetos de pesquisa em que você participou nos últimos 5 anos?.....	36
DADOS SEÇÃO 2 DO QUESTIONÁRIO	
PUBLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS.....	37
2.01 Quão importante são os seguintes meios para disseminar o seu trabalho?.....	37

2.02 Quais fatores você considera ao selecionar um periódico científico para publicar seus trabalhos?.....	37
2.03 Na questão anterior você respondeu que a posição de um periódico no sistema de avaliação é um fator importante ao selecionar um periódico para publicar. Por favor, indique a qual sistema de avaliação está se referindo:.....	38
2.04 Na sua opinião, quais são os principais indicadores de prestígio para um periódico na sua área?.....	39

DADOS SEÇÃO 3 DO QUESTIONÁRIO

TIPOS DE ACESSO ABERTO.....	40
3.01 Você sabe o que é acesso aberto a publicações científicas?.....	40
3.01.01 Você conhece os seguintes tipos de Acesso Aberto? Por favor, selecione todas as opções que conhecer:.....	40
3.02 Você já publicou suas pesquisas em um periódico de acesso aberto?.....	41
3.02.01 Em que tipo de acesso aberto você publicou? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem:.....	41
3.03 Quantos artigos você publicou nos últimos 5 anos?.....	42
3.04 Considerando a resposta da questão anterior, quantos desses artigos foram publicados em periódicos de acesso aberto?.....	42
3.04.01 Por quais razões você não publicou em acesso aberto? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem:.....	42
3.04.02 Você já publicou em um periódico diamante? (não cobra taxas para publicar em acesso aberto).....	43
3.04.03 Por que você não publicou em um periódico de acesso aberto diamante? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem.....	43
3.04.04 Qual é a principal razão para escolher publicar em um periódico de acesso aberto diamante? Escolha uma das seguintes respostas:.....	44

DADOS SEÇÃO 4 DO QUESTIONÁRIO

PUBLICAÇÃO COM APC E FINANCIAMENTO.....	45
4.01 Nos últimos cinco anos, você publicou em algum periódico que cobra taxas de publicação (APCs)?.....	45
4.02 Que tipos de recursos foram utilizados e com que frequência para pagar essas APCs totais/parciais? Por favor, selecione a opção apropriada para cada item:..	

4.03 Qual é o valor máximo aproximado de APC que já lhe foi cobrado para publicar um artigo?.....46

4.04 Você já colaborou com determinados autores porque eles poderiam pagar taxas de publicação (APCs)?..... 46

DADOS SEÇÃO 5 DO QUESTIONÁRIO

COMENTÁRIOS FINAIS.....47

5.01 Com qual das seguintes afirmações você mais concorda?..... 47

5.02 Quais são os principais desafios relacionados às taxas de publicação (APC)?
Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem:.....47

5.03 Você planeja utilizar fundos de projetos de pesquisa para pagar taxas de publicação (APC) no futuro?.....48

5.04 Com qual das seguintes afirmações você mais concorda? Escolha uma das seguintes opções:.....48

REFERÊNCIAS.....49

SUMÁRIO EXECUTIVO

A pesquisa internacional Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África, iniciada em 2023 sob a coordenação do Global Research Institute of Paris (GRIP), associado à Université Paris-Cité, tem como objetivo identificar e compreender as percepções e práticas de pesquisadores/as de países da África e América Latina – África do Sul, Argentina, Brasil, México e Senegal –, em relação ao acesso aberto a publicações científicas e à cobrança de taxas processamento de artigos (APC - acrônimo do inglês "Article Processing Charges").

A partir de uma pesquisa precedente, realizada por pesquisadores do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) na Argentina, denominada “Estudio de accesibilidad de las publicaciones argentinas y gastos en article processing charges en la Agencia i+d+i: 2013-2020” (Beigel; Gallardo, 2022), foi elaborado um questionário comum que serviu de base para aplicação pelos países participantes da investigação. Com o objetivo de possibilitar análises comparativas entre os países, o estudo concentrou-se em um público-alvo específico, composto de pesquisadores com carreiras acadêmicas consolidadas e que ocupam posições de pesquisa equivalentes em seus respectivos cenários nacionais. Cada país realizou pequenos ajustes e adaptações necessários ao seu contexto local.

No Brasil, a pesquisa teve como público-alvo os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq, por meio de uma parceria realizada com os coordenadores do Projeto GRIP-Brasil, vinculados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), encaminhou, em 30/08/2023, aos e-mails dos 15.426 pesquisadores PQ então cadastrados em sua base, o convite para participação na pesquisa, juntamente com o link para o questionário, o qual foi encerrado em 30/09/2023.

O questionário brasileiro, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – apresentando as precauções quanto aos aspectos éticos e de privacidade –, foi disponibilizado na plataforma LimeSurvey, hospedada em infraestrutura tecnológica de servidores e de segurança do Ibict.

O questionário contém 34 perguntas: 32 fechadas e 2 abertas, distribuídas em cinco seções. A seção 1 abrange tópicos de informações gerais, referentes a áreas de pesquisa, nível de bolsa, tipo e região da instituição de afiliação, gênero, ano de nascimento, ano de doutoramento, e natureza das fontes de financiamentos recebidos. A seção 2 abrange tópicos relativos à publicação e à avaliação de periódicos, focando, principalmente, nas motivações para seleção de periódicos para publicação. A seção 3 é composta de perguntas a respeito do conhecimento sobre acesso aberto às publicações científicas. A seção 4 abrange tópicos relativos a: frequência, valores de pagamentos e fontes de financiamento destinados a taxas de publicação (APC). Por fim, a seção 5 é consagrada à percepção e aos desafios concernentes ao pagamento de APC, contemplando questões abertas para inserção de comentários e sugestões de alternativas aos pagamentos de APC.

O percentual de resposta ao questionário foi de 40,71%, o que é considerada uma taxa significativa de respondentes, para o que pode ter contribuído o fato de o questionário ter sido enviado diretamente pelo CNPq.

Este relatório é organizado em uma introdução e mais dois capítulos. O capítulo 1 contextualiza a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); faz uma síntese de seu sistema de classificação de bolsas de Produtividade de Pesquisa, detalhando os critérios de aprovação, enquadramento e classificação; e apresenta uma descrição geral das características e dados sociodemográficos dos pesquisadores contemplados com essas bolsas no período considerado. Por fim, apresenta um panorama sobre as ações e o estado da arte do acesso aberto e da ciência aberta no contexto brasileiro.

No capítulo 2 são apresentadas as técnicas utilizadas para o tratamento dos dados obtidos com o questionário, além dos dados agregados de acordo com as seções, questões e variáveis do questionário.

Este relatório apresenta uma versão preliminar dos resultados da pesquisa realizada no Brasil. Esses resultados serão posteriormente analisados comparativamente com os dados obtidos pelos demais países participantes da pesquisa. Publicações por cada país e de modo conjunto estão sendo planejadas e preparadas.

INTRODUÇÃO

A pesquisa internacional [Uma Análise Comparativa da Ciência Aberta, do Acesso Aberto e da Circulação de Conhecimento na América Latina e na África](#), iniciada em 2023 sob a coordenação do Global Research Institute of Paris (GRIP), associado à Université Paris-Cité, tem como objetivo identificar e compreender as percepções e práticas de pesquisadores/as de países da África e América Latina – África do Sul, Argentina, Brasil, México e Senegal –, em relação ao acesso aberto a publicações científicas e à cobrança de taxas de processamento de artigos (APC - acrônimo do inglês "Article Processing Charges").

A partir de uma pesquisa precedente, realizada por pesquisadores do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET) na Argentina, denominada "*Estudio de accesibilidad de las publicaciones argentinas y gastos en article processing charges en la Agencia i+d+i: 2013-2020*"¹ (Beigel; Gallardo, 2022), foi elaborado um questionário comum que serviu de base para aplicação pelos países participantes da investigação. Com o objetivo de possibilitar análises comparativas entre os países, o estudo concentrou-se em um público-alvo específico, composto de pesquisadores com carreiras acadêmicas consolidadas e que ocupam posições de pesquisa equivalentes em seus respectivos cenários nacionais. Cada país realizou, então, pequenos ajustes e adaptações necessários ao seu contexto local.

No Brasil, a pesquisa teve como público-alvo os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq, por meio de uma parceria realizada com os coordenadores do Projeto GRIP-Brasil, vinculados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), encaminhou, em 30/08/2023, aos e-mails dos 15.426 pesquisadores PQ então cadastrados em sua base, o convite para participação na pesquisa, juntamente com o *link* para o questionário, o qual foi encerrado em 30/09/2023.

¹ Disponível em:

<http://www.ciecti.org.ar/7-estudio-de-accesibilidad-de-las-publicaciones-argentinas-y-gastos-en-article-processing-charges-en-la-agencia-idi-2013-2020/>.

O questionário brasileiro², acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – apresentando as precauções quanto aos aspectos éticos e de privacidade –, foi disponibilizado na plataforma LimeSurvey, hospedada em infraestrutura tecnológica de servidores e de segurança Ibict³.

O questionário contém 34 perguntas: 32 fechadas e 2 abertas, distribuídas em 5 diferentes seções. A **seção 1** abrange tópicos de informações gerais, referentes a áreas de pesquisa, nível de bolsa, tipo e região da instituição de afiliação, gênero, ano de nascimento, ano de doutoramento, e natureza das fontes dos financiamentos recebidos. A **seção 2** abrange tópicos relativos à publicação e à avaliação de periódicos, focando, principalmente, nas motivações para seleção de periódicos para publicação. A **seção 3** é composta de perguntas a respeito do conhecimento sobre acesso aberto às publicações científicas. A **seção 4** abrange tópicos relativos a: frequência, valores de pagamentos e fontes de financiamento destinados a taxas de publicação (APC). Por fim, a **seção 5** é consagrada à percepção e aos desafios concernentes ao pagamento de APC, contemplando questões abertas para inserção de comentários e sugestões de alternativas ao pagamento de APC.

O percentual de resposta ao questionário foi de 40,71%, o que é considerada uma taxa significativa de respondentes, para o que pode ter contribuído o fato de o questionário ter sido enviado diretamente pelo CNPq. Diante da opção de não acessar os registros únicos de cada componente do universo pesquisado, por razões de proteção de dados pessoais, não houve aplicação de técnicas de amostragem probabilística aleatória simples ou estratificada, bem como a implementação de rotinas de sorteio e complementação de amostra para a garantia de uma representação equilibrada. Essa restrição constitui uma limitação metodológica do estudo, tendo em vista a impossibilidade de garantir a representatividade estatística concernente às múltiplas categorias pesquisadas. Ainda assim, com base no cotejamento dos resultados com os dados do universo, percebeu-se que a participação ocorreu de forma bastante representativa das categorias utilizadas.

² A matriz do questionário pode ser acessada no Apêndice I deste Relatório. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1dnZ7Bw3vchkm-ikMUluobBPczJTnYeev_Az7o1I7u-4/edit

³ Disponível em <https://pesquisas.ibict.br/>

A população de bolsistas vigentes de Produtividade em Pesquisa continha, em agosto de 2023, 15.426 pesquisadores distribuídos em oito grandes áreas do conhecimento, além de indicação da categoria “outras”, com áreas não especificadas, conforme indica o Quadro 1.

Quadro 1. Número de pesquisadores PQ por Área do Conhecimento em agosto de 2023.

Áreas do conhecimento CNPq	<i>N</i>	%
Ciências Agrárias	1952	13%
Ciências Biológicas	2452	16%
Ciências da Saúde	1652	11%
Ciências Exatas e da Terra	3218	21%
Ciências Humanas	1984	13%
Ciências Sociais Aplicadas	1170	8%
Engenharias	2034	13%
Linguística, Letras e Artes	622	4%
Outros	342	2%
Total	15426	100%

Fonte: <http://memoria2.cnpq.br/web/guest/bolsistas-vigentes> . Acesso em: 10 ago. 2023.

CAPÍTULO 1

BREVE DESCRITIVO DO CENÁRIO BRASIL

Este capítulo contextualiza a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); faz uma síntese de seu sistema de classificação de bolsas de Produtividade de Pesquisa, detalhando os critérios de aprovação, enquadramento e classificação; e apresenta uma descrição geral das características e dados sociodemográficos dos pesquisadores contemplados com essas bolsas no período considerado. Por fim, apresenta um panorama sobre as ações e o estado da arte do acesso aberto e da ciência aberta no contexto brasileiro.

1.1 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o seu sistema de classificação de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (então com o nome de Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq) foi criado em 15 de janeiro de 1951, pela Lei nº 1.310. Atualmente possui como principais atribuições o fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação, bem como a promoção da formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa. Sua criação resultou de um longo processo atrelado às tentativas precedentes para o estabelecimento de condições para a institucionalização da pesquisa científica no Brasil.

Naquele mesmo ano, também foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes), que estruturou, a partir da década de 1960, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), baseado no modelo estadunidense.

Em 1972, o CNPq passou a ser o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, cujo objetivo era consolidar programas e projetos, bem como incentivar a pesquisa no setor privado e nas chamadas economias mistas (Albagli, 1987).

Em 1974, a Lei Nº 6.129 transformou o "Conselho Nacional de Pesquisas" de autarquia em fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, alterando o nome para "Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico", bem como mudando sua

sede do Rio de Janeiro para Brasília, mas preservando a sigla CNPq. Foi constituído, nesse mesmo período, seu Conselho Científico e Tecnológico e, em 1975, foi formada uma Consultoria Científica, composta de 8 personalidades advindas da comunidade científica. Em 1976, formaram-se os Comitês Assessores Especializados em Áreas de Conhecimento (CAs) para assessorá-lo na formulação de critérios e na avaliação de projetos e programas e solicitações de bolsas e auxílios à pesquisa (Albagli, 1987; Farias, 2022).

Também em 1976, foram criadas as bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ). Inicialmente, essas bolsas foram concebidas menos como uma recompensa pela produtividade dos pesquisadores e mais como um investimento em pesquisa e incentivo à profissionalização dos cientistas (Leite; Rocha Neto, 2017).

Essa perspectiva foi mudando ao longo do anos e, atualmente, as bolsas PQ são destinadas aos pesquisadores que se destacam entre seus pares, com vistas à valorização da sua produção científica, seguindo critérios normativos estabelecidos pelo CNPq, e critérios específicos definidos pelos Comitês de Assessoramento (CA), que assessoram a agência. (CNPq, 2015).

As bolsas PQ funcionam, igualmente, como uma espécie de classificação nacional de pesquisadores, e são concedidas por meio da análise do currículo e do projeto do/a solicitante. Não obstante, os recursos concedidos continuam destinados a financiar projetos de pesquisa específicos, não se limitando meramente a recompensar financeiramente a “entrada” do pesquisador a uma determinada categoria de bolsa (Almeida *et al.*, 2022). Sob esse aspecto, a bolsa PQ desempenha tanto uma função de alocação de recursos financeiros na pesquisa acadêmico-científico, como um instrumento de mobilização de recursos simbólicos, reproduzindo o fenômeno conhecido por “efeito Mateus” (Merton, 1968),

[...] uma vez que o status de bolsista PQ possibilita o acesso a determinados comitês científicos e de assessoramento restritos; além disso, esses bolsistas são os avaliadores dos demais pedidos de financiamento realizados ao CNPq, como o pedido de novos bolsistas PQ, editais de financiamento de pesquisa, bolsas de doutorado pleno e sanduíche para o exterior, pós-doutorado, etc. (Oliveira *et al.*, 2021).

As bolsas PQ passaram por inúmeras alterações nos níveis e nos valores monetários ao longo do tempo. A partir de 2015, essas bolsas passaram a ser regulamentadas pela Resolução

Normativa RN 028/2015 (CNPq, 2015), que as dividem hierarquicamente em 3 categorias: i) Sênior (PQ-Sr), ii) PQ-1 (subdividida nos níveis 1A, 1B, 1C e 1D); e iii) PQ-2.

Em 2003, o CNPq instituiu o recurso denominado Adicional de Bancada, vinculado à bolsa, destinado a cobrir despesas de capital ou custeio relacionadas ao projeto de pesquisa. Inicialmente, o Adicional de Bancada foi destinado apenas aos bolsistas PQ em nível 1A e 1B. Posteriormente, em 2004, os Pesquisadores PQ categoria 1, níveis C e D, também foram contemplados (Leite; Rocha Neto, 2017; Farias, 2022).

Mais recentemente, em setembro de 2023, o CNPq e o MCTI, por meio da publicação da Portaria CNPq nº 1.425/2023, anunciaram a inclusão do Adicional de Bancada de R\$ 1.000,00 para as Bolsas PQ categoria/nível 2, por onde ocorre, geralmente, o ingresso de novos bolsistas no sistema. O Quadro 3 indica os diferentes níveis e respectivos valores mensais das bolsas e o adicional de bancada (em Reais), em 2023, bem como a duração máxima por nível.

Quadro 3. Modalidade, sigla, categorias, valores mensais das bolsas e adicional de bancada em Reais e duração máxima por nível (2023).

Modalidade	Sigla	Categorias	Nível	Valor Mensal R\$	Adicional de Bancada R\$	Duração Máxima Meses
Produtividade em Pesquisa	PQ	SR	SR	1.500,00	-	60
		1	A	1.500,00	1.560,00	60
			B	1.400,00	1.440,00	48
			C	1.300,00	1.320,00	48
			D	1.200,00	1.200,00	48
		2	2	1.100,00	1.000,00	36

Fonte: Tabela de Valores de Bolsas no País do CNPq atualizada em 14/09/2023. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades/tabela-de-valores-no-pais. Acesso em: 9 fev. 2024.

A avaliação – classificação e progressão (ou eventual rebaixamento) – dentro das categorias e níveis da bolsa PQ é realizada e recomendada pelo respectivo Comitê de Assessoramento (CA) ao qual o pesquisador submete seu projeto em função da sua área de atuação. Esse processo de entrada e enquadramento em uma determinada categoria e nível de bolsa PQ ocorre mediante a submissão do projeto de pesquisa, acompanhado do currículo Lattes⁴ do

⁴ O currículo Lattes, criado e mantido também pelo CNPq, é um sistema online de registros de dados e informações de atividades e produções acadêmicas e técnico-científicas de pós-graduandos, professores,

pesquisador, em chamadas periódicas do CNPq destinadas a esse propósito. O currículo tem sido um fator decisivo no processo de seleção, baseado crescentemente em aspectos quantitativos da produção bibliográfica do solicitante (Almeida *et al.*, 2022).

Além de critérios gerais estabelecidos pelo CNPq como pré-requisitos para a entrada e/ou enquadramento do pesquisador em uma das categorias e nível das bolsas PQ, em qualquer área do conhecimento, há também critérios específicos de qualificação a serem cumpridos, definidos pelos Comitês de Assessoramento (CA) de cada área. Conforme observado por Almeida *et al.* (2022), os Comitês de Assessoramento possuem relativa autonomia para propor quesitos específicos, mas sempre seguindo as estruturas gerais de cada chamada pública, previamente elaboradas por uma comissão técnica e submetidas à aprovação ou modificação pelo Conselho Diretivo do CNPq.

No caso da bolsa da categoria Pesquisador Sênior (PQ-Sr), também é necessário ser chancelado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do CNPq.

Os requisitos mínimos comuns exigidos às 48 (quarenta e oito) áreas do conhecimento⁵ para obtenção da bolsa PQ, independentemente dos critérios estabelecidos por cada CA, são: a) mérito científico do projeto; b) relevância, originalidade e repercussão da produção científica do candidato; c) formação de recursos humanos em nível de Pós-Graduação; d) contribuição científica, tecnológica e de inovação, incluindo patentes; e) coordenação de ou participação em projetos e/ou redes de pesquisa; f) inserção internacional do proponente; g) participação como editor científico; h) participação em atividades de gestão científica e acadêmica. Também são considerados na análise das propostas, quando pertinentes, os seguintes critérios: a) foco nos grandes problemas nacionais; b) abordagens multi e transdisciplinares; c) impacto social; d) comunicação com a sociedade; e) interação com o parque produtivo; e f) conservação ambiental (CNPq, 2015).

pesquisadores, entre outros profissionais. No Brasil, ele é amplamente utilizado como uma ferramenta de gestão e avaliação da atividade científica e acadêmica.

⁵ A relação dos nomes e siglas de todos os Comitês de Assessoramento, atualizados em 2023, pode ser acessada por meio do link:

<https://docs.google.com/document/d/1PKenD0v-IF1kv56JC4EyWuio0bcUKyY10bmINZuReWo/edit?usp=sharing>.

Além desses, os critérios mínimos para enquadramento e classificação, por categoria, são: para a bolsa PQ 1, possuir no mínimo 8 (oito) anos de doutorado completo e, para a bolsa PQ 2, possuir no mínimo 3 (três) anos de doutorado completo. Há, ademais, os critérios de enquadramento por nível (CNPQ, 2015).

Os bolsistas da categoria 1 podem ser enquadrados em quatro diferentes níveis (A, B, C ou D), com base em uma análise comparativa em relação a seus pares e nos dados dos últimos 10 (dez) anos de atividades, incluindo dados que demonstrem capacidade de formação contínua de recursos humanos (CNPQ, 2015).

A diferenciação entre os níveis A, B, C e D se baseia em critérios comuns a todas as áreas, que devem ter pesos distintos em relação a cada um dos quatro níveis, assim como nos requisitos estabelecidos por cada Comitê de Assessoramento. Conforme preceitua a Resolução Normativa nº 028/2015,

[...] espera-se ainda que esses pesquisadores tenham gradual inserção nacional e internacional, por meio de palestras e assessorias *ad hoc* a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, bem como envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou em plenárias de congressos (CNPQ, 2015).

Para o enquadramento nos níveis C e B, além de ser considerada a contribuição crescente à formação de recursos humanos e à produção de ciência e tecnologia, é avaliada a contribuição na organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação no qual o pesquisador está vinculado (CNPQ, 2015).

Para o enquadramento no nível A – nível reservado a pesquisadores que tenham demonstrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados – se consideram aspectos e requisitos que demonstrem significativa liderança do pesquisador dentro da sua área, capacidade de explorar novas fronteiras científicas em projetos de risco, além da produtividade científica (CNPQ, 2015).

Para o enquadramento na categoria 2, em que não há distinções de nível, é avaliada a produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações realizadas, ambos referentes aos últimos 5 (cinco) anos (CNPQ, 2015).

Para o enquadramento na categoria PQ-Sr, os requisitos mínimos são: ter permanecido 15 (quinze) anos consecutivos ou não, no mínimo, com bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) ou em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT) na categoria 1, nível A ou B, do CNPq (CNPQ, 2015).

Por fim, ao se tornar bolsista PQ, em qualquer categoria e nível, o pesquisador passa a integrar a estrutura de avaliação por pares do CNPq, tornando-se obrigatoriamente um consultor *ad hoc* (CNPQ, 2015).

O Quadro 4 apresenta a quantidade total de bolsas PQ, por categoria/nível, implementadas no ano de 2022, bem como o volume de investimento total em cada uma delas.

Quadro 4. Número de bolsas PQ e o respectivo investimento segundo categoria/nível em 2022.

Categoria/ Nível	Nº de bolsistas	% de bolsistas	Valor Unitário (R\$)	Adicional de Bancada (Unitário)	Total (mensal)	Total (em Milhões de Reais, anual)
SR	228	1%	1.500,00	0	342.000,00	4.104.000,00
1A	1168	8%	1.500,00	1.300,00	3.270.400,00	39.244.800,00
1B	1200	8%	1.400,00	1.100,00	3.000.000,00	36.000.000,00
1C	1423	9%	1.300,00	1.100,00	3.415.200,00	40.982.400,00
1D	2459	16%	1.200,00	1.000,00	5.409.800,00	64.917.600,00
2	8955	58%	1.100,00	0	9.850.500,00	118.206.000,00
Total	15433	100%			25.287.900,00	303.454.800,00

Fonte: Farias (2022).

1.2 Acesso aberto no Brasil

Apesar de ainda não existirem normativas ou mandados de acesso aberto em nível nacional formalmente estabelecidos no Brasil, o país conta com um quadro de programas e instituições

que desenvolvem e promovem diversas iniciativas ou políticas locais ou institucionais de apoio ao acesso aberto. É considerado um dos precursores em disseminar, abertamente, publicações científicas por meio da Scientific Electronic Library Online, mundialmente conhecida por SciELO.

Em 2023, conforme dados extraídos do Directory of Open Access Journals (DOAJ)⁶, o Brasil figurava na terceira posição em relação ao número de periódicos de acesso aberto, contando com 1.645 títulos, atrás apenas do Reino Unido (2.010 títulos) e da Indonésia (2.236) (Directory of Open Access Journals, 2023). Dos periódicos brasileiros contabilizados no DOAJ, em 2023, pouco menos de 10% cobravam algum tipo de taxa para publicação. Do mesmo modo, os periódicos brasileiros de acesso aberto registravam uma presença significativa no Latindex, com 330 revistas acadêmicas no catálogo 2.0 (Catálogo 2.0 Latindex, 2023), e 357 no sistema de indexação Redalyc (Redalyc, 2023).

O Programa SciELO Brasil foi iniciado formalmente em março de 1998 e se configura como uma biblioteca eletrônica e uma infraestrutura de apoio à pesquisa que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros em acesso aberto, com o objetivo de aumentar a visibilidade, a acessibilidade, a qualidade, o uso e o impacto da informação científica do país. No decorrer de sua trajetória, o modelo SciELO foi sendo adotado por outros países, totalizando 16 países em 2020, sendo 13 países da América Latina e Caribe, somados à África do Sul, Espanha e Portugal, formando a Rede SciELO, cuja operação e custeio se efetuam descentralizadamente por país (SciELO, 2020). Em janeiro de 2024, a Rede contava com um total de 1.349 periódicos ativos.

O SciELO indexa periódicos com base em políticas e critérios que são públicos e aplicados por um comitê científico representativo da área da comunicação científica do Brasil. Os periódicos SciELO são majoritariamente editados por universidades e instituições de pesquisa e desenvolvimento, sociedades científicas e associações profissionais de todo o país, abrangendo todas as áreas temáticas (SciELO, 2020).

Ao longo de décadas, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem

⁶ Disponível <https://doaj.org/>

desempenhado, igualmente, uma liderança nacional e um papel fundamental na promoção do acesso aberto no Brasil, sobretudo por meio do desenvolvimento e oferta de produtos e serviços em seu favor.

O Ibict realiza, dentre outras atribuições, a coleta automática de registros de dados e documentos disponíveis nos repositórios institucionais e temáticos, por meio do agregador denominado Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica – Portal Oasisbr⁷ –, totalmente integrado ao Portal LA Referencia⁸, de abrangência latinoamericana, além de integração com outros repositórios ou ferramentas de busca federadas. Gere também a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do país, a BDTD⁹, a qual, na data do presente relatório, possuía 242.872 teses e 656.299 dissertações, em acesso aberto, provenientes de 139 instituições.

O Instituto, além dar suporte à tradução para o português do software Open Journal Systems (OJS), oferece suporte técnico e capacitação de equipes editoriais para uso desse sistema, traduzido com o nome de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), lançado em 2003. Este é empregado no processo de gestão dos manuscritos científicos por grande parte dos periódicos brasileiros de acesso aberto.

Desde meados dos anos 2000, diversas instituições que apoiam o movimento de acesso aberto no Brasil realizaram vários eventos com vistas à sensibilização da comunidade acadêmico-científica, bem como contribuíram para a implementação de políticas institucionais de acesso aberto. Foram elaboradas e/ou endossadas declarações, firmadas parcerias com países e criadas uma série de estratégias para avançar na abertura das publicações científicas. Desse elenco de ações se destacam a Declaração de Salvador¹⁰ (2005), a Carta de São Paulo¹¹ (2005), o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Aberto à Informação Científica¹² (2005) e o Memorando de Entendimento entre Brasil e Portugal (2009). Este prevê a implementação de

⁷ Disponível em: <https://oasisbr.ibict.br/vufind/>

⁸ Disponível em: <https://www.lareferencia.info/pt/>

⁹ Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/vufind/>

¹⁰ Disponível em: <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>

¹¹ Disponível em:

https://www.acessoaberto.usp.br/carta-de-sao-paulo-acesso-aberto/?doing_wp_cron=1682288466.0728120803833007812500

¹² Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>

ações específicas relacionadas ao acesso aberto, o que resultou no convênio para a divulgação recíproca da produção científica dos dois países em seus respectivos portais nacionais: o Portal Oasisbr (Brasil) e o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal - RCAAP (Portugal) (Babini; Rovelli, 2020).

Em 2007, o Ibict articulou, junto ao então deputado do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg (PSB), a submissão de um Projeto de Lei (PL 1120/2007) que tornava obrigatório o desenvolvimento e a implantação de repositórios institucionais de publicações científicas nas universidades e instituições de pesquisa. Somado a isso, o PL propunha a obrigatoriedade do depósito, em repositório aberto, de uma cópia dos resultados das pesquisas financiadas com recursos públicos, publicadas em periódicos revisados por pares, preconizando, assim, a Via Verde do Acesso Aberto no Brasil. Não obstante, este PL 1120/2007 foi arquivado em 2011, sem ser submetido à votação.

No ano de 2011, o já então Senador Rodrigo Rollemberg reapresentou o mesmo conteúdo do PL 1120/2007 como Projeto de Lei do Senado (PLS 387/2011), mas este também foi arquivado em 2018 com o fim da legislatura¹³.

Mesmo diante de obstáculos legislativos que impediram o Brasil de formalizar uma política nacional de acesso aberto, o Ibict, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), desempenhou um papel crucial para posicionar o Brasil como o quinto país do mundo em número de repositórios digitais de acesso aberto, com um total de 113 repositórios institucionais de publicações científicas, 11 repositórios de dados de investigação e 1 repositório nacional, o Deposita¹⁴, criado especificamente para abrigar a produção científica das instituições que ainda não possuem seus próprios repositórios (Rio-Castro; Bonora, 2023).

Além do Brasil, vários países e instituições da América Latina e Caribe têm se dedicado a promover o acesso aberto, tanto mediante a implementação de políticas governamentais em seu favor (Peru, Argentina, México e Colômbia possuem leis nacionais), como por meio do incentivo ao desenvolvimento de infraestruturas e repositórios institucionais ou regionais (Appel; Lujano; Albagli, 2018).

¹³ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>

¹⁴ Disponível em: <http://www.deposita.ibict.br/>

Em 2012, o Ibict lançou a Rede Cariniana¹⁵, uma infraestrutura descentralizada de serviços de armazenamento e preservação de documentos digitais de pesquisa. Posteriormente, a Rede ampliou seus serviços para incluir o armazenamento de revistas eletrônicas usando OJS, bem como repositórios institucionais que empregam o software DSpace e repositórios de dados de pesquisa utilizando o Dataverse.

Em 2016, o Instituto ampliou o escopo do acesso aberto às publicações para englobar os dados abertos e avançar no debate sobre ciência aberta e cidadã, lançando o Manifesto de acesso aberto aos dados de pesquisa brasileiros para a ciência cidadã¹⁶, documento onde destaca o papel das agências financiadoras em conduzir políticas que incentivem a abertura da ciência, recomendando a implementação de um conjunto de diretrizes para órgãos de fomento à pesquisa, universidades e institutos de pesquisa, sociedades científicas e acadêmicas, editores de periódicos científicos, programas de pós-graduação nas áreas de informação e gestores e executores de programas e projetos de dados de pesquisa.

Na última década, muitas universidades, agências de financiamento e instituições de pesquisa lançaram suas políticas institucionais de acesso aberto aos dados de pesquisa e publicações e começaram a incluir a elaboração e apresentação de planos de gestão de dados como requisito obrigatório para o financiamento (Café *et al.*, 2022).

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição de pesquisa em saúde vinculada ao Ministério da Saúde, foi a pioneira no Brasil em instituir uma Política de Acesso Aberto ao Conhecimento¹⁷, de caráter mandatório para artigos, teses e dissertações produzidos por seus pesquisadores. Depois disso, iniciou um novo processo, com ampla participação da comunidade de pesquisadores, para debater os limites e as possibilidades da abertura de dados para pesquisa e, em 2020, publicou a sua Política de Gestão, Compartilhamento e Abertura de Dados¹⁸.

¹⁵ Disponível em: <http://cariniana.ibict.br/>

¹⁶ Disponível em: <https://dadosdepesquisa.rnp.br/?p=48>

¹⁷ Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf

¹⁸ Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46408>

Com a ascensão de diversas iniciativas nacionais e globais voltadas ao compartilhamento, abertura e transparência do processo científico, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – órgão responsável pela avaliação e financiamento dos programas de pós-graduação do Brasil e, ainda, por assinar bases bibliográficas, referenciais e periódicos para prover acesso à comunidade acadêmica às fontes científicas restritas –, foi convidada pela Sociedade Max Planck da Alemanha a assinar, em 2017, a [Expressão de Interesse da Iniciativa Open Access 2020](#) (MPDL, 2016). A Iniciativa OA2020, como é conhecida, consiste em uma aliança global comprometida com a transição gradual dos contratos de assinatura de publicações científicas para um modelo de acesso aberto baseado no pagamento de APC.

Em 2018, o 4º Plano de Ação Nacional da iniciativa Parceria para Governo Aberto (OGP)¹⁹, coordenado no Brasil pela Controladoria-Geral da União (CGU), recebeu proposta da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que o tema *Inovação e Governo Aberto na Ciência* fosse debatido (referente ao biênio 2018-2020), de modo a possibilitar a articulação de diversos atores do sistema de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I)²⁰, no sentido de propor e executar ações para favorecer o desenvolvimento de estruturas de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no país. Como resultado de um amplo processo participativo, foi pactuado o Compromisso 3 que visava “Estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no Brasil” (Brasil, 2018).

¹⁹ A Parceria para Governo Aberto (ou OGP, do inglês *Open Government Partnership*) é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos e ao acesso à informação pública. Foi lançada em 2011 por oito países fundadores (Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, África do Sul, Filipinas, Indonésia, México e Noruega), e atualmente conta com a participação de mais 75 países. A participação de um país na Parceria para Governo Aberto pressupõe o endosso a uma Declaração de Princípios e a apresentação de Planos de Ação Nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas relacionadas aos quatro princípios da OGP: transparência, participação cidadã, accountability e tecnologia & inovação (Brasil, 2018). Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/about/>.

²⁰ A tradução do tema ‘Inovação e Governo Aberto na Ciência’ em um Compromisso nacional do 4º Plano de Ação em Governo Aberto se deu após a realização de consultas públicas e oficinas de cocriação com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, entre eles: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (Capes), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Programa SciELO/FAPESP, Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec), Universidade de Brasília (Unb) e Open Knowledge Brasil (OKBR).

O compromisso assumido resultou na implementação de diversas iniciativas e projetos institucionais, entre os quais se destaca o lançamento, em 2019, do Lattes Data²¹, um repositório nacional de dados de pesquisa desenvolvido para coletar, armazenar e divulgar os conjuntos de dados científicos gerados em projetos financiados pelo CNPq, possibilitando o compartilhamento, a reutilização, o armazenamento e a acessibilidade dos dados a longo prazo.

Em 2020, também no âmbito da OGP – na ocasião do 5º Plano de Ação Nacional, referente ao biênio 2020-2022 – o Ibict encaminhou proposta para coordenar um compromisso com o tema *Transparência em Ciência: novos mecanismos de avaliação para o avanço da Ciência Aberta*, com vistas a construir uma proposta de modelo de avaliação para fomentar a ciência aberta como alternativa aos modelos aplicados no Brasil (Brasil, 2021). Esse compromisso teve uma série de resultados, disponibilizados em forma de documentos contendo proposições de novos critérios e diretrizes para o alinhamento da avaliação às práticas da ciência aberta e da ciência cidadã²².

Em sua 6ª edição, em 2023, o Plano de Ação Nacional da Parceria para Governo Aberto ampliou seu prazo de execução, de dois para quatro anos, e propôs a formulação, pela primeira vez, de uma Estratégia Nacional de Governo Aberto, com o objetivo de desenvolver ações estruturantes de governo aberto (Brasil, 2023a). Naquele mesmo ano, o governo brasileiro instituiu ainda a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação²³ (Sitai), que compreende a transparência passiva e ativa, além da abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal, com vistas a viabilizar pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e participação da sociedade no acompanhamento e na melhoria de políticas e serviços públicos (Brasil, 2023b).

²¹ Disponível em: <https://lattesdata.cnpq.br/>

²² Os resultados podem ser visualizados na Wiki do Compromisso 8 do 5º Plano de Ação Brasileiro em Governo Aberto. Disponível em: <https://wiki.rnp.br/x/So>.

²³ Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/programa-de-integridade/sistema-de-integridade-transparencia-e-acesso-a-informacao-da-administracao-publica-federal-200b-sitai>

Ainda no âmbito do 6º Plano de Ação Nacional, que se encontra em desenvolvimento²⁴ em 2024, o MCTI propôs trabalhar o compromisso *Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia*, com o objetivo de promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reprodutíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social. Este compromisso conta com uma rede de instituições governamentais e representantes da sociedade civil²⁵ que serão responsáveis por propor e executar, até 2027, soluções nesse terreno.

No compromisso consta expressa a preocupação do MCTI em ampliar o debate sobre a ciência aberta, como um construto mais amplo que o acesso aberto às publicações científicas ou aos dados de pesquisa, o que coloca desafios em diferentes dimensões. O esforço do MCTI e dos parceiros envolvidos será centrado no desenvolvimento de uma Política Nacional de Ciência Aberta que considere, em seu âmago, os interesses estratégicos nacionais e uma ciência aberta contextualizada.

Este breve recorrido histórico permite evidenciar que o acesso aberto no Brasil emergiu a partir de múltiplos esforços que resultaram na formulação e implementação de uma variedade de iniciativas – com o pioneirismo e protagonismo de algumas entidades, como o IbiCT, o Programa SciELO e a Fiocruz –, que somadas refletem o protagonismo nacional. Em contrapartida, denota-se que essas iniciativas frequentemente carecem de um apoio e de uma articulação efetiva mais ampla no âmbito de instâncias decisórias.

É preciso destacar, por fim, que, à medida que os engajamentos em favor da abertura da ciência se expandiram para implicar o ecossistema da ciência como um todo, as agendas desse

²⁴ Disponível em:

https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2023/12/cgu-disponibiliza-a-versao-preliminar-do-6deg-plan-o-de-acao-nacional/6-plano-acao-nacional_versaopreliminar1.docx/view.

²⁵ Participação deste compromisso, perdurará de 2024 a 2027 e contará com a participação das seguintes instituições governamentais e de associações representantes da sociedade civil: Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Ministério da Defesa (MD), Rede Nacional de Pesquisa (RNP), Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), GO FAIR Brasil, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Rede Brasileira de Reprodutibilidade (RBR), SciELO, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

movimento de movimentos (Albagli, 2015) foram suscitando novas questões, em diferentes dimensões. Isso coloca a comunidade de pesquisadores, de gestores, de cidadãos comuns, assim como as instituições de pesquisa, agências de financiamento, entre outros organismos de CT&I diante de novos desafios, evidenciando a necessidade de abordagens mais integradas para enfrentar as complexidades emergentes.

CAPÍTULO 2

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DESCRITIVO DA PESQUISA NO BRASIL

Neste capítulo são apresentadas as técnicas utilizadas para o tratamento dos dados resultantes do levantamento realizado junto ao contexto brasileiro, além dos dados agregados de acordo com as seções, questões e variáveis do questionário. Trata-se de uma versão preliminar dos resultados da pesquisa realizada no Brasil, que serão posteriormente analisados comparativamente com os dados obtidos pelos demais países participantes da pesquisa. Publicações por cada país e de modo conjunto estão sendo planejadas e preparadas.

2.1 Informações gerais e métodos

No Brasil, a pesquisa teve como público-alvo os pesquisadores bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O CNPq, por meio de uma parceria realizada com os coordenadores do Projeto GRIP-Brasil, vinculados ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), encaminhou, em 30/08/2023, aos e-mails dos **15.426 (N)** pesquisadores PQ então cadastrados em sua base, o convite para participação na pesquisa, juntamente com o link para o questionário, o qual foi encerrado em 30/09/2023.

O percentual de resposta ao questionário foi de 40,71%, com um total de **6.288** respondentes (**n**), o que é considerada uma taxa significativa de respondentes, para o que pode ter contribuído o fato de o questionário ter sido enviado diretamente pelo CNPq.

Após o encerramento do prazo de preenchimento e envio dos questionários, os dados foram exportados da plataforma LimeSurvey em formato .csv para que a equipe do projeto pudesse proceder com as rotinas de tratamento e preparação para as análises. Os dados foram, então, tratados a partir da aplicação OpenRefine²⁶, com a finalidade de:

- a) eliminação das respostas de respondentes que não consentiram em participar da pesquisa (marcando apenas “Não concordo em participar da pesquisa” na primeira questão), que totalizaram 126 registros;

²⁶ Disponível em <https://openrefine.org/>

- b) eliminação das respostas incompletas, que totalizaram 1.944 registros;
- c) consistência e uniformização dos registros com base no formato de dado esperado, e.g., ano de doutorado e/ou nascimento digitado com 4 dígitos numéricos etc.
- d) remoção dos valores nulos e/ou inválidos;
- e) padronização e simplificação da identificação das variáveis para facilitar as tarefas de síntese e análise.

Após esse tratamento inicial, deu-se início à síntese descritiva dos dados via Planilhas do Google, a partir de cada questão e seção do questionário, para fins de análise e compartilhamento dos dados agregados entre as equipes dos diferentes países. A subseção 2.2, a seguir, descreve sucintamente esses conjuntos e os dados são apresentados após a subseção 2.2.

2.2 Principais resultados

A seção 1 do questionário contempla os resultados relacionados a áreas de pesquisa, nível de bolsa, tipo e região de instituição de afiliação, gênero, ano de nascimento, ano de doutoramento e natureza das fontes dos financiamentos recebidos. A seção 2 apresenta os dados obtidos relativos à publicação e à avaliação de periódicos. A seção 3 exhibe os resultados levantados a respeito do conhecimento sobre acesso aberto às publicações científicas. A seção 4 apresenta os dados obtidos relativos à frequência, aos valores de pagamentos e fontes de financiamento destinados a taxas de publicação (APC) e, por fim, a seção 5 revela os dados e informações levantadas sobre a percepção e desafios concernentes ao pagamento de APC.

DADOS SEÇÃO 1 DO QUESTIONÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS

Legenda:

N = população

n = amostra

(f) = frequência de marcação

% = percentual

1.01 Em quais grandes áreas científicas você incluiria suas principais atividades de pesquisa?

n = 6.288

Questão com 2 alternativas possíveis

Grandes áreas	(f)	%
Ciências Agrárias	930	12,23%
Ciências Biológicas	1367	17,98%
Ciências Exatas e da terra	1539	20,24%
Ciências da Saúde	1142	15,02%
Ciências Sociais e Humanidades	1666	21,91%
Engenharias	960	12,62%
Total	7604	100,00%

Grandes áreas - 2 áreas	(f)	%
Ciências Agrárias e Engenharias	38	2,89%
Ciências Agrárias e Ciências Biológicas	243	18,47%
Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra	64	4,86%
Ciências Agrárias e Ciências da Saúde	37	2,81%
Ciências Agrárias e Ciências Sociais e Humanidades	12	0,91%
Ciências Sociais e Humanidades e Ciências da Saúde	59	4,48%
Ciências Sociais e Humanidades e Ciências Biológicas	14	1,06%
Ciências Sociais e Humanidades e Ciências Exatas e da Terra	51	3,88%
Ciências Sociais e Humanidades e Engenharias	23	1,75%
Engenharias e Ciências Exatas e da Terra	235	17,86%
Engenharias e Ciências Biológicas	23	1,75%
Engenharias e Ciências da Saúde	19	1,44%
Ciências da Saúde e Ciências Biológicas	358	27,20%
Ciências da Saúde e Ciências Exatas e da Terra	52	3,95%
Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra	88	6,69%
Total - Duas áreas assinaladas	1316	100,00%

Grandes áreas - Todas as opções de agrupamento	n	%
Ciências Agrárias	536	8,52%
Ciências Sociais e Humanidades	1507	23,97%
Engenharias	622	9,89%
Ciências da Saúde	617	9,81%
Ciências Exatas e da terra	1049	16,68%
Ciências Biológicas	641	10,19%
Ciências Agrárias e Engenharias	38	0,60%
Ciências Agrárias e Ciências Biológicas	243	3,86%
Ciências Agrárias e Ciências Exatas e da Terra	64	1,02%
Ciências Agrárias e Ciências da Saúde	37	0,59%
Ciências Agrárias e Ciências Sociais e Humanidades	12	0,19%
Ciências Sociais e Humanidades e Ciências da Saúde	59	0,94%
Ciências Sociais e Humanidades e Ciências Biológicas	14	0,22%
Ciências Sociais e Humanidades e Ciências Exatas e da Terra	51	0,81%
Ciências Sociais e Humanidades e Engenharias	23	0,37%
Engenharias e Ciências Exatas e da Terra	235	3,74%
Engenharias e Ciências Biológicas	23	0,37%
Engenharias e Ciências da Saúde	19	0,30%
Ciências da Saúde e Ciências Biológicas	358	5,69%
Ciências da Saúde e Ciências Exatas e da Terra	52	0,83%
Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra	88	1,40%
Total	6288	100,00%

Ciências Agrárias	n	%
Agronomia	479	40,35%
Ciência e Tecnologia de Alimentos	137	11,54%
Engenharia Agrícola	91	7,67%
Medicina Veterinária	162	13,65%
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	117	9,86%
Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	52	4,38%
Zootecnia	149	12,55%
Total	1187	100,00%

Ciências Biológicas	n	%
Biofísica	71	3,35%
Biologia Geral	61	2,88%
Bioquímica	281	13,27%
Botânica	122	5,76%
Ecologia	252	11,90%
Farmacologia	163	7,70%
Fisiologia	196	9,25%

Genética	219	10,34%
Imunologia	136	6,42%
Microbiologia	235	11,10%
Morfologia	102	4,82%
Parasitologia	101	4,77%
Zoologia	179	8,45%
Total	2118	100,00%

Ciências Exatas e da Terra	n	%
Astronomia	64	3,49%
Ciência da Computação	192	10,46%
Física	468	25,50%
GeoCiências	288	15,69%
Matemática	174	9,48%
Oceanografia	81	4,41%
Probabilidade e Estatística	79	4,31%
Química	489	26,65%
Total	1835	100,00%

Ciências da Saúde	n	%
Anatomia Patológica e Patologia Clínica	57	3,70%
Cirurgia	32	2,08%
Educação Física	56	3,64%
Enfermagem	65	4,22%
Farmácia	193	12,53%
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	42	2,73%
Fonoaudiologia	21	1,36%
Medicina	438	28,44%
Medicina Legal e Deontologia	0	0,00%
Nutrição	99	6,43%
Odontologia	134	8,70%
Psiquiatria	47	3,05%
Radiologia Médica	14	0,91%
Saúde Coletiva	268	17,40%
Saúde Materno-Infantil	74	4,81%
Total	1540	100,00%

Ciências Sociais e Humanidades	n	%
Administração	131	5,77%
Antropologia	112	4,94%
Arqueologia	35	1,54%
Arquitetura e Urbanismo	61	2,69%

Ciências Sociais e Humanidades	n	%
Artes	88	3,88%
Ciência da Informação	35	1,54%
Ciência Política	97	4,28%
Comunicação	95	4,19%
Demografia	25	1,10%
Desenho Industrial	11	0,48%
Direito	45	1,98%
Economia	118	5,20%
Economia Doméstica	1	0,04%
Educação	262	11,55%
Filosofia	93	4,10%
Geografia	74	3,26%
História	232	10,22%
Letras	140	6,17%
Linguística	101	4,45%
Museologia	20	0,88%
Planejamento Urbano e Regional	76	3,35%
Psicologia	159	7,01%
Serviço Social	47	2,07%
Sociologia	186	8,20%
Teologia	8	0,35%
Turismo	17	0,75%
Total	2269	100,00%

Engenharias	n	%
Engenharia Aeroespacial	42	3,25%
Engenharia Biomédica	57	4,40%
Engenharia Civil	163	12,60%
Engenharia Elétrica	221	17,08%
Engenharia de Materiais e Metalúrgica	199	15,38%
Engenharia Mecânica	175	13,52%
Engenharia de Minas	14	1,08%
Engenharia Naval e Oceânica	11	0,85%
Engenharia Nuclear	39	3,01%
Engenharia de Produção	96	7,42%
Engenharia Química	146	11,28%
Engenharia Sanitária	89	6,88%
Engenharia de Transportes	42	3,25%
Total	1294	100,00%

1.02 Selecione a categoria atual de sua Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq

$n = 6.288$

Questão de alternativa única

Bolsa de produtividade	n	%
SR	92	1,46%
1A	432	6,87%
1B	444	7,06%
1C	504	8,02%
1D	918	14,60%
2	3898	61,99%
Total	6288	100,00%

1.03 Qual a categoria da sua principal afiliação institucional?

$n = 6.288$

Questão de alternativa única

Categoria - Principal afiliação institucional	n	%
Instituto de Pesquisa	374	5,95%
Organização Não-Governamental	15	0,24%
Universidade Privada	457	7,27%
Universidade Pública Estadual	1727	27,47%
Universidade Pública Federal	3517	55,93%
Outros	198	3,15%
Total geral	6288	100,00%

1.04 Em qual cidade e estado (UF)* a unidade da instituição em que você atua está localizada? (p. ex., cidade/UF)

$n = 6.288$

Questão aberta, limitada a 2 dígitos alfabéticos (UF) e texto curto (cidade)

**) os dados foram agrupados por região como garantia de preservação do anonimato dos respondentes*

Região	n
Centro-Oeste	373

Norte	165
Nordeste	879
Sul	1345
Sudeste	3524
Total	6286

1.05 Em que ano você concluiu seu doutorado?

$n = 6.288$

Questão aberta, limitada a 4 dígitos numéricos

Ano de conclusão do Doutorado	n
1962	2
1966	1
1967	3
1968	4
1969	2
1970	1
1971	6
1972	4
1973	12
1974	11
1975	9
1976	9
1977	13
1978	17
1979	14
1980	21
1981	37
1982	30
1983	39
1984	40
1985	48
1986	52
1987	53
1988	65
1989	52
1990	90
1991	95
1992	123
1993	143
1994	179
1995	183

Ano de conclusão do Doutorado	n
1996	162
1997	193
1998	210
1999	221
2000	249
2001	282
2002	273
2003	281
2004	265
2005	302
2006	220
2007	249
2008	311
2009	295
2010	255
2011	236
2012	231
2013	189
2014	174
2015	122
2016	77
2017	56
2018	23
2019	12
2020	4
2021	12
2022	7
2023	6
N/A	13
Total	6288

Década de conclusão do Doutorado	n
196-	12
197-	96
198-	437
199-	1599
200-	2727
201-	1375
202-	29
N/A	13
Total	6288

1.06 Qual é o seu ano de nascimento?

$n = 6.288$

Questão aberta, limitada a 4 dígitos numéricos

Ano de nascimento	n
1929	1
1934	2
1936	4
1937	4
1938	3
1939	7
1940	6
1941	7
1942	10
1943	18
1944	24
1945	23
1946	23
1947	48
1948	47
1949	58
1950	65
1951	70
1952	87
1953	70
1954	88
1955	89
1956	116
1957	115
1958	118
1959	138
1960	171
1961	149
1962	210
1963	206
1964	225
1965	224
1966	194
1967	192
1968	189
1969	179
1970	178

Ano de nascimento	n
1971	194
1972	194
1973	190
1974	180
1975	183
1976	207
1977	208
1978	187
1979	205
1980	201
1981	215
1982	176
1983	139
1984	115
1985	101
1986	69
1987	55
1988	38
1989	23
1990	18
1991	4
1992	2
1993	3
1994	2
1995	2
1996	5
1998	3
1999	1
N/A	9
Total	6287

Década do nascimento	n
192-	1
193-	20
194-	264
195-	956
196-	1939
197-	1926
198-	1132
199-	40
N/A	9
Total	6287

1.07 Gênero: como você se identifica?

$n = 6.288$

Questão de alternativa única, com opção Outros (aberta)

Gênero	n	%
Homem	4003	63,66%
Mulher	2235	35,54%
Pessoa não binária	6	0,10%
Prefiro não responder	39	0,62%
Outros	5	0,08%
Total	6288	100,00%

1.08 Com que tipo(s) de financiamentos contaram os projetos de pesquisa em que você participou nos últimos 5 anos?

$n = 6.288$

Questão de múltipla escolha

Tipo de financiamento	n	%
Projetos financiados com recursos públicos nacionais	6154	97,87%
Projetos financiados com recursos públicos estrangeiros	1319	20,98%
Projetos financiados por entidades privadas nacionais	1296	20,61%
Projetos financiados por entidades privadas estrangeiras	412	6,55%
Projetos financiados por Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais	169	2,69%
Projetos financiados por Organizações Não Governamentais (ONGS) estrangeiras	161	2,56%
Total	9511	100,00%

DADOS SEÇÃO 2 DO QUESTIONÁRIO PUBLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PERIÓDICOS

2.01 Quão importante são os seguintes meios para disseminar o seu trabalho?

Por favor, selecione o nível apropriado para cada item

$n = 6.288$

Questão matricial, com 1 possibilidade de escolha em cada linha

Meios de disseminar	Nível de importância			
	Muito importante	Não se aplica a minha área de estudo	Pouco importante	Relativamente importante
Apresentação em conferências acadêmicas	3336	4	530	2418
Extensão universitária e afins	1191	362	2102	2633
Produção artística e cultural	370	3406	1523	989
Publicação de capítulos de livros	2300	21	1206	2761
Publicação de livros	2760	29	961	2538
Publicação em anais de eventos científicos	1502	35	1958	2793
Publicação em meios de divulgação	1535	143	1662	2948
Publicação em periódicos científicos	6147	4	17	120
Publicação em periódicos de cunho profissional (practitioner journals)	973	1401	1843	2071
Registro de patente	2040	1889	937	1422
Transferência de tecnologia	2092	1749	852	1595
Relatório técnicos, de pesquisa e outros	984	361	2611	2332

2.02 Quais fatores você considera ao selecionar um periódico científico para publicar seus trabalhos?

$n = 6.288$

Questão com 4 alternativas possíveis

Fatores de seleção de periódico científico	(f)
A facilidade com que poderei publicar	389
O domínio científico do periódico e sua relevância para minha área	4930
Bases de dados em que está indexado (por exemplo, Scopus, Web of Science, SciELO)	3127

Fatores de seleção de periódico científico	(f)
O número de citações ou o índice de impacto	3826
A publicação imediata do artigo em acesso aberto	495
O custo de publicação (por exemplo, taxas de processamento de artigos, taxas de páginas ou figuras em cores, etc.)	2771
A posição do periódico nos sistemas de avaliação (Qualis e outros sistemas de classificação)	3829
A relevância para a agenda local (problemas urgentes em minha região ou país)	229
A revisão por pares (por exemplo: revisão duplo-cega, revisão simples-cega, revisão aberta)	1080
O tempo necessário para a publicação (incluindo o tempo de revisão por pares)	1133
As recomendações de colegas e/ou mentores	167
A editora do periódico	398
O público leitor do periódico	846
A taxa de rejeição do periódico	25
O idioma do periódico	224
Os membros do conselho editorial do periódico	188
Outros	40

2.03 Na questão anterior você respondeu que a posição de um periódico no sistema de avaliação é um fator importante ao selecionar um periódico para publicar. Por favor, indique a qual sistema de avaliação está se referindo:

Só poderia responder essa pergunta sob as seguintes condições:

A resposta foi "A posição do periódico nos sistemas de avaliação (Qualis e outros sistemas de classificação)" na questão "Quais fatores você considera ao selecionar um periódico científico para publicar seus trabalhos?"

n = 3.829

Questão de alternativa única

Sistema de avaliação	n
Avaliação institucional (por exemplo, o sistema de avaliação da sua universidade para promoção ou progressão na carreira)	87
Avaliação internacional (por exemplo, avaliação para financiamentos internacionais ou rankings internacionais)	785
Avaliação nacional (por exemplo, o Qualis, classificações nacionais para financiamento ou categorizações por conselhos científicos)	2917
Outros	40
Total	3829

2.04 Na sua opinião, quais são os principais indicadores de prestígio para um periódico na sua área?

$n = 3.829$

Questão de múltipla escolha

Indicadores de prestígio	(f)
Acesso aberto (com APCs - Article Processing Charges / Taxas de Processamento de Artigos)	465
Acesso aberto (sem taxas)	2411
Alto índice de impacto	5055
Estratos mais altos no sistema Qualis Periódicos	3652
Frequente citação por colegas	1951
Indexação em bases de dados internacionais	3937
Pesquisadores reconhecidos como editores do periódico ou membros do conselho editorial	1894
Publicação de artigos com resultados inovadores	2168
Publicação de artigos por pesquisadores reconhecidos ou eminentes na área	2403
Relevância da editora, sociedade científica ou universidade que o publica	1806
Revisão por pares rigorosa	2985
Status internacional	2311
Outros	29

DADOS SEÇÃO 3 DO QUESTIONÁRIO

TIPOS DE ACESSO ABERTO

3.01 Você sabe o que é acesso aberto a publicações científicas?

n = 6.288

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Sim	5861	93,21%
Não	427	6,79%
Total	6288	100,00%

3.01.01 Você conhece os seguintes tipos de Acesso Aberto? Por favor, selecione todas as opções que conhecer:

n = 6.288

Questão de múltipla escolha

Tipos de acesso aberto	(f)	%
Via verde	3537	22,49%
Via dourada	4394	27,93%
Via diamante	3787	24,08%
Híbrido	3901	24,80%
Outros*	111	0,71%
Total	15730	100,00%

Combinações	(f)	%
Apenas Via Verde	281	4,79%
Apenas Via Dourada	296	5,05%
Apenas Via Diamante	363	6,19%
Apenas Híbrido	288	4,91%
Via Verde + Via Dourada	211	3,60%
Via Verde + Via Diamante	212	3,62%
Via Verde + Híbrido	66	1,13%
Via Dourada + Via Diamante	203	3,46%
Via Dourada + Híbrido	452	7,71%
Via Diamante + Híbrido	95	1,62%
Via verde+Via dourada+Via diamante	302	5,15%

Via verde+Via dourada+Híbrido	388	6,62%
Via verde+Via diamante+Híbrido	70	1,19%
Via dourada+Via diamante+Híbrido	535	9,13%
Todos os tipos de acesso	2007	34,24%
Nenhum tipo de acesso	92	1,57%
Total	5861	100,00%

Cumulativos	(f)	%
Apenas um dos tipos	1228	20,95%
Dois tipos de acesso	1239	21,14%
Todos os tipos de acesso	2007	34,24%
Três tipos de acesso	1295	22,10%
Nenhum tipo de acesso	92	1,57%
Total	5861	100,00%

3.02 Você já publicou suas pesquisas em um periódico de acesso aberto?

n = 6.288

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Sim	5295	84,21%
Não	668	10,62%
Não sei	325	5,17%
Total	6288	100,00%

3.02.01 Em que tipo de acesso aberto você publicou? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem:

n = 6.288

Questão de múltipla escolha

Tipos de acesso aberto em que publicou	(f)	%
Eu publiquei em um periódico de acesso aberto dourado	3458	32,59%
Eu publiquei em um periódico de acesso aberto diamante	3201	30,16%
Eu publiquei em um periódico híbrido	2582	24,33%
Eu publiquei um preprint	1149	10,83%
Não sei o tipo de acesso aberto em que publiquei	171	1,61%
Outros	51	0,48%

Total	10612	100,00%
--------------	--------------	----------------

3.03 Quantos artigos você publicou nos últimos 5 anos?

$n = 6.288$

Questão de alternativa única

Quantidade de artigos	n	%
1-5	310	4,93%
6-10	876	13,93%
11-20	1800	28,63%
21 ou mais	3302	52,51%
Total	6288	100,00%

3.04 Considerando a resposta da questão anterior, quantos desses artigos foram publicados em periódicos de acesso aberto?

$n = 5.295$

Questão de alternativa única

Quantidade de artigos	n	%
1-5	2058	38,87%
6-10	1283	24,23%
11-20	1207	22,80%
21 ou mais	656	12,39%
Nenhum artigo foi publicado em acesso aberto	91	1,72%
Total	5295	100,00%

3.04.01 Por quais razões você não publicou em acesso aberto? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem:

$n = 668$

Questão de múltipla escolha

Razões	(f)	%
Eu não conheço qualquer periódico de acesso aberto	2	1,32%
Não consigo arcar com as taxas de publicação	55	36,42%
Eu me recuso a pagar para publicar os resultados da minha pesquisa em acesso aberto	32	21,19%

Razões	(f)	%
Na minha área, os periódicos de acesso aberto não estão listados em classificações e/ou não são bem-posicionados nos sistemas de avaliação	23	15,23%
Na minha área, os periódicos de acesso aberto têm uma má reputação	9	5,96%
Eu tenho receio de que periódicos de acesso aberto sejam predatórios	17	11,26%
Optei por outro tipo de publicação (outros canais, que não incluem periódicos científicos)	7	4,64%
Outros	6	3,97%
Total	151	100,00%

3.04.02 Você já publicou em um periódico diamante? (não cobra taxas para publicar em acesso aberto)

$n = 5.295$

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Sim	3445	65,06%
Não	1850	34,94%
Total	5295	100,00%

3.04.03 Por que você não publicou em um periódico de acesso aberto diamante? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem

$n = 1.850$

Questão de múltipla escolha

Opções	(f)	%
Esses periódicos não existem na minha área	197	7,58%
Eu não conheço qualquer periódico diamante	1080	41,55%
Não tive oportunidade de publicar em periódicos diamante	601	23,12%
Periódicos diamante não são reconhecidos pelos sistemas de avaliação	114	4,39%
Na minha área, os periódicos diamante têm uma má reputação	146	5,62%
Nacionalmente, os periódicos diamante têm uma má reputação	51	1,96%
Periódicos diamante não são indexados por bases de dados internacionais	120	4,62%
Eu tenho receio de que periódicos diamante sejam predatórios	238	9,16%
Outros	52	2,00%
Total	2599	100,00%

3.04.04 Qual é a principal razão para escolher publicar em um periódico de acesso aberto diamante? Escolha uma das seguintes respostas:

n = 3.445

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Eu me recuso a pagar as taxas de publicação (APC)	693	20,12%
Não tive financiamento suficiente para arcar com as taxas de publicação	830	24,09%
Existem periódicos diamantes prestigiosos na minha área	1207	35,04%
Periódicos diamante são meios de alcançar um público amplo	583	16,92%
Outros	132	3,83%
Total	3445	100,00%

DADOS SEÇÃO 4 DO QUESTIONÁRIO

PUBLICAÇÃO COM APC E FINANCIAMENTO

4.01 Nos últimos cinco anos, você publicou em algum periódico que cobra taxas de publicação (APCs)?

n = 6.288

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Sim	4142	65,87%
Não	2045	32,52%
Prefiro não responder	101	1,61%
Total	6288	100,00%

4.02 Que tipos de recursos foram utilizados e com que frequência para pagar essas APCs totais/parciais? Por favor, selecione a opção apropriada para cada item:

n = 4.142

Questão matricial, com 1 possibilidade de escolha em cada linha

Tipos de recursos	Nunca (n)	Uma vez (n)	Mais de uma vez (n)	Total (n)
Pagamento com fundos de projetos de pesquisa institucionais/universitários	1714	789	1639	4142
Pagamento com fundos próprios/pessoais ou salário	1834	754	1554	4142
Pagamento com fundos de pesquisa nacionais/federais/estaduais	1718	689	1735	4142
Pagamento com fundos de pesquisa internacionais/estrangeiros	2757	570	815	4142

Tipos de recursos	Nunca (%)	Uma vez (%)	Mais de uma vez (%)	Total (%)
Pagamento com fundos de projetos de pesquisa institucionais/universitários	41,38%	19,05%	39,57%	100,00%
Pagamento com fundos próprios/pessoais ou salário	44,28%	18,20%	37,52%	100,00%

Tipos de recursos	Nunca (%)	Uma vez (%)	Mais de uma vez (%)	Total (%)
Pagamento com fundos de pesquisa nacionais/federais/estaduais	41,48%	16,63%	41,89%	100,00%
Pagamento com fundos de pesquisa internacionais/estrangeiros	66,56%	13,76%	19,68%	100,00%

4.03 Qual é o valor máximo aproximado de APC que já lhe foi cobrado para publicar um artigo?

n = 4.142

Questão de alternativa única

Valores	n	%
US\$ 1-50 (R\$ 5 - 250)	64	1,55%
US\$ 51-200 (R\$ 251 - 1000)	344	8,31%
US\$ 201-500 (R\$ 1001 - 2500)	404	9,75%
US\$ 501-1000 (R\$ 2501 - 5000)	489	11,81%
US\$ 1001-3000 (R\$ 5001 - 15000)	2091	50,48%
US\$ 3001- 6000 (R\$ 15001 - 30000)	445	10,74%
Mais de US\$ 6000 (R\$ 30000)	72	1,74%
Não sei	182	4,39%
Prefiro não responder	51	1,23%
Total	4142	100,00%

4.04 Você já colaborou com determinados autores porque eles poderiam pagar taxas de publicação (APCs)?

n = 4.142

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Sim	1014	24,48%
Não	3024	73,01%
Prefiro não responder	104	2,51%
Total	4142	100,00%

DADOS SEÇÃO 5 DO QUESTIONÁRIO

COMENTÁRIOS FINAIS

5.01 Com qual das seguintes afirmações você mais concorda?

n = 6.288

Questão de alternativa única

Afirmações	n	%
Eu não considero relevante se um periódico é de acesso aberto quando eu envio meus artigos para publicação	457	7,27%
Eu considero relevante apenas publicar em periódicos de alto impacto, independentemente de suas políticas de acesso aberto	2186	34,76%
Eu considero relevante publicar meus artigos em revistas de acesso aberto diamante	1730	27,51%
Eu considero relevante publicar meus artigos em periódicos de prestígio, independentemente do índice de impacto	1469	23,36%
Nenhuma das alternativas acima	446	7,09%
Total	6288	100,00%

5.02 Quais são os principais desafios relacionados às taxas de publicação (APC)? Por favor, selecione todas as opções que se aplicarem:

n = 6.288

Questão de múltipla escolha

Desafios	(f)	%
APC não são financiadas por acordos institucionais/governamentais com as principais editoras	2471	11,74%
A maioria dos periódicos na minha área cobra APC	1249	5,94%
A maioria dos periódicos de alta qualidade na minha área cobra APC	1939	9,21%
Os preços de APC cobrados aumentaram consideravelmente	3751	17,83%
É difícil fazer pagamentos em moeda estrangeira no meu país	1065	5,06%
É difícil fazer pagamentos de APC devido às regras de aquisição da universidade/organização	1064	5,06%
Os recursos disponíveis em meu país para cobrir os pagamentos de APC são insuficientes	3328	15,82%
Os recursos disponíveis em minha área para cobrir os pagamentos de APC são insuficientes	2257	10,73%
Os pagamentos de APC podem ser cobertos por colegas do exterior, mas isso implica perder destaque e protagonismo nas publicações	408	1,94%
Não concordo com cobrança de APC	3118	14,82%

Não vejo qualquer desafio relacionado a APC	125	0,59%
Outros	268	1,27%
Total	21043	100,00%

5.03 Você planeja utilizar fundos de projetos de pesquisa para pagar taxas de publicação (APC) no futuro?

$n = 6.288$

Questão de alternativa única

Opções	n	%
Sim	2972	47,26%
Não	2890	45,96%
Outros	426	6,77%
Total	6288	100,00%

5.04 Com qual das seguintes afirmações você mais concorda? Escolha uma das seguintes opções:

$n = 6.288$

Questão de alternativa única

As APCs	n	%
Tendem a promover um processo de publicação melhor e mais seletivo	275	4,37%
São o principal problema para conseguir publicar meu trabalho em acesso aberto	2547	40,51%
Atualmente, não representam um problema para publicar meu trabalho em acesso aberto	796	12,66%
Tendem a representar um problema nos próximos anos	2166	34,45%
Tendem a melhorar a qualidade dos artigos de revistas	99	1,57%
Outros	405	6,44%
Total	6288	100,00%

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Marcos institucionais do Conselho Nacional de Pesquisa. **Perspicillum**, v. 1, n. 1, p. 3-166, 1987. Disponível em: <https://www.ghic.usp.br/perspic1.htm#1>. Acesso em: fev. 2024.
- ALBAGLI, Sarita. Ciência e Estado no Brasil Moderno: um estudo sobre o CNPq. Dissertação (Mestrado em Ciências - Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Engenharia, 1988. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000165474>. Acesso em: fev. 2024.
- ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (Org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>. Acesso em: fev. 2024.
- ALMEIDA, Ana Maria; BEIGEL, Fernanda; GALLARDO, Osvaldo; GOMEZ, Soledad. El campo científico-universitario en Brasil y en Argentina: un estudio histórico-estructural comparativo. In: BEIGEL, F.; ALMEIDA, A.; CIRIZA, A.; PECHENY, M.; DIGIAMPIETRI, L.; MOSCHKOVICH, M.; GALLARDO, O.; ROSSOMANDO, P.; GOMEZ, M. S. **Un estudio comparativo de las asimetrías de género en la publicación científica y su impacto en la construcción de la carrera (Brasil-Argentina)**. Dauphine Femmes et Science. Chaire Femmes et Science Rapport Scientifique. Paris: Unesco, 2022. Disponível em: https://www.conicet.gov.ar/new_scp/detalle.php?keywords=&id=64322&inf_tecnico=yes. Acesso em: fev. 2024.
- APPEL, A. L.; LUJANO, I.; ALBAGLI, S. Open Science Practices adopted by Latin American & Caribbean Open Access journals. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON ELECTRONIC PUBLISHING, 22., 15 jun. 2018, Villeurbanne, France, France. **Proceedings** [...] Villeurbanne, France, France: OpenEdition. 15 jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/proceedings.elpub.2018.29>. Acesso em: fev. 2024.
- BABINI, Dominique; ROVELLI, Laura. **Tendencias recientes en las políticas científicas de ciencia abierta y acceso abierto en Iberoamérica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Fundación Carolina, 2020. Disponível em: <https://www.clacso.org/tendencias-recientes-en-las-politicas-cientificas-de-ciencia-abierta-y-acceso-abierto-en-iberoamerica/>. Acesso em: fev. 2024.
- BEIGEL, F.; ALMEIDA, A.; CIRIZA, A.; PECHENY, M.; DIGIAMPIETRI, L.; MOSCHKOVICH, M.; GALLARDO, O.; ROSSOMANDO, P.; GOMEZ, M. S. **A comparative study of gender inequalities in scientific publishing and its impact in career-building in Brazil and Argentina**. Conferencia Chaire Unesco - Dauphine Femmes et Science. Chaire Femmes et Science Rapport Scientifique. Paris: Unesco, 2022.

BEIGEL, F.; BRINGEL, B. Circulação situada e idiomas de publicação das elites acadêmicas do **Cone Sul. Tempo Social**, v. 34, n. 3, p. 153-207, 2022. DOI

<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.194375>. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/194375>. Acesso em: 19 dez.2023.

BEIGEL, Fernanda; GALLARDO, Osvaldo. **Estudio de accesibilidad de las publicaciones argentinas y gastos en article processing charges en la Agencia I+D+i (2013-2020)**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciecti, 2022. Disponível em:

<http://www.ciecti.org.ar/7-estudio-de-accesibilidad-de-las-publicaciones-argentinas-y-gastos-en-article-processing-charges-en-la-agencia-idi-2013-2020/>. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **4º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brasília, DF: CGU, 2018. Disponível em:

https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/46277/1/4_plano_de_acao_nacional_portugues.pdf.

Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **5º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brasília, DF: CGU, 2021. Disponível em:

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/5-plano-acao-nacional-04-02-2022.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brasília, DF: CGU, 2023a. Disponível em:

https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2023/12/cgu-disponibiliza-a-versao-preliminar-do-6deg-plano-de-acao-nacional/6-plano-acao-nacional_versaopreliminar1.docx/view.

Acesso em: fev. 2024.

BRASIL. Ministério de Direitos Humanos e Cidadania. **Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai. DECRETO Nº 11.529, DE 16 DE MAIO DE 2023**. 2023b. Disponível em:

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/programa-de-integridade/sistema-de-integridade-transparencia-e-acesso-a-informacao-da-administracao-publica-federal-200b-sitai>. Acesso em: fev. 2024.

CAFÉ, L. C.; CAVALCANTI, V. O. M.; BARROS, C. M.; VITAL, L. P.; ALVAREZ, E. B. Análise de domínio de políticas institucionais de acesso aberto no Brasil. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 20, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8670092>. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8670092>. Acesso em: fev. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq).

Resolução Normativa RN 028/2015. 2015. Disponível

em: https://memoria.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2973312#:~:text=R%20E%20S%20O%20L%20V%20E%3A,Pa%C3%ADs%20relacionadas%20no%20Anexo%20I.&text=1.1.,as%20normas%20de%20cada%20modalidade. Acesso em: 24 dez. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). **Portaria nº 1.425, de 1 setembro de 2023.** 2023. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202309/mcti-e-cnpq-anunciam-adicional-de-bancada-p-ara-bolsistas-nivel-2-de-produtividade-em-pesquisa-e-desenvolvimento-tecnologico>. Acesso em: 18 dez. 2023.

COMISIÓN EUROPEA, DIRECCIÓN GENERAL DE INVESTIGACIÓN E INNOVACIÓN. **Open access policies in Latin America, the Caribbean and the European Union:** progress towards a political dialogue. Oficina de Publicaciones de la Unión Europea. 2023. Disponível em:

<https://data.europa.eu/doi/10.2777/90667>. Acesso em: fev. 2024.

DOAJ. **Directory of Open Access Journals.** Disponível em: <https://doaj.org/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FARIAS, Maria Marony Sousa. **Avaliação do efeito da bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq na carreira do pesquisador brasileiro.** Brasília: Enap, 2022. 129 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Mestrado em Avaliação e Monitoramento) – Escola Nacional de Administração Pública, 2022. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7370>. Acesso em: fev. 2024.

GALLARDO, Osvaldo. Una morfología comparada de las poblaciones de investigadores de CONICET y CNPq. In: BEIGEL, F.; ALMEIDA, A.; CIRIZA, A.; PECHENY, M.; DIGIAMPIETRI, L.; MOSCHKOVICH, M.; GALLARDO, O.; ROSSOMANDO, P.; GOMEZ, M. S. **A comparative study of gender inequalities in scientific publishing and its impact in career-building in Brazil and Argentina.** Chaire Femmes et Science Rapport Scientifique. Paris: Unesco, 2022.

LEITE, Anderson Cleiton Fernandes; ROCHA NETO, Ivan. Perfil dos Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq em Educação. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 3, n. 4, p. 97-112, dez. 2017. DOI <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2017.v3i4.2350>. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2350/1539>. Acesso em: 18 dez. 2023.

MERTON, Robert K. The Matthew effect in science, II: cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. **Science**, v. 159, 3810, p. 56-63, 1968. DOI

[10.1126/science.159.3810.56](https://www.science.org/doi/10.1126/science.159.3810.56). Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.159.3810.56>. Acesso em: fev. 2024.

OLIVEIRA, A.; MELO, M. F.; RODRIGUES, Q. B.; PEQUENO, M. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, **Configurações**, n. 27, p. 75-93, 2021. DOI <https://doi.org/10.4000/configuracoes.11979>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/11979>. Acesso em: fev. 2024.

RIO-CASTRO, Pilar; BONORA, Laura. **Open Access Policies in Latin America, the Caribbean and the European Union Progress Towards a Political Dialogue. Independent Expert Report**. European Commission: Directorate-General for Research and Innovation. EU-LAC Policy Dialogue Support Facility: 2023. Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/documents/71351-open-access-policies-in-latin-america-the-caribbean-and-the-european-union-progress-towards-a-political-dialogue.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

SENA, P. M. B; CARVALHO SEGUNDO, W. L. R. de; MELO, B. A. de. Ciência aberta na parceria para governo aberto: compromisso por um novo modelo de avaliação. **Informação & Informação**, v. 27, n. 3, p. 14–33, 2022. DOI <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n3p14>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/47219>. Acesso em: fev. 2024.

SCIELO. **Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil**. 2020. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>. Acesso em: fev. 2024.